**“A importância da literacia familiar em debate no Brasil”**

No livro "1984", do escritor britânico George Orwell, é retratado um futuro distópico em que um Estado totalitário controla e manipula todo o tipo de conhecimento, moldando a opinião pública e tornando as pessoas cada vez mais alienadas e anti-intelectuais. Nesse contexto, o povo brasileiro não possui a cultura da literacia familiar, visto que, para uma grande parcela da população, o principal objetivo é tornar-se mão de obra e não um ser pensante. Essas ações acontecem devido à falta de políticas públicas efetivas que busquem incentivar e democratizar o acesso à leitura, desenvolvendo melhor o senso crítico e diminuir as disparidades sociais no Brasil. Com isso, essa causa merece um olhar mais crítico de enfrentamento.

Em primeira análise, vale ressaltar que a leitura compõe a base para a formação cultural e social de um cidadão, haja visto que assim ele pode reconhecer o seu poder de mudança no meio social em que está inserido. Dessa forma, como é apresentado pelo filósofo contemporâneo Pierre Bourdieu em sua obra “Violência Simbólica”, aquele que possui maior repertório cultural e, consequentemente, intelectual está tendenciado a estar acima socialmente e a exercer uma violência simbólica sobre os demais. Dessarte, a precariedade no incentivo à leitura em ambiente familiar está diretamente ligada a hierarquização do conhecimento na sociedade e, para que maiores mudanças venham no futuro, medidas que auxiliem a literacia são obrigatórias.

Outrossim, consoante o filósofo e professor Paulo Freire, “se a educação sozinha não muda a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. Logo, compreende-se que a educação, direito básico garantido na Constituição de 1988, tem papel fundamental para o progresso, sendo a leitura uma forma de auxiliar na efetivação desse direito. No entanto, não é possível identificar tal efetivação, mesmo que esta seja dever estatal, visto que a ausência de políticas públicas demonstra a não problematização do tema por parte do poder governamental. A partir desse pensamento, faz-se necessária a intervenção estatal e social para maior incentivo à literacia familiar.

Desse modo, medidas devem ser efetivadas a fim de mitigar essa problemática. Para tanto, cabe ao Ministério da Educação - órgão responsável pelo sistema educacional, garantir o acesso literário desde a infância até a fase adulta por meio de um programa social que vise a distribuição gratuita de livros de acordo com a faixa etária do leitor e, além disso, estimular a leitura por intermédio de projetos escolares, criando uma população com senso crítico – para que todos possam desenvolver a sua bagagem cultural e a sua visão de mundo.